

Traço Cultural e Nível de Agressividade Fiscal: O *Savoir-Faire* está na Língua

André Sekunda
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
E-mail: andresekunda@gmail.com

Lauro Vinicio de Almeida Lima
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
E-mail: lvinicio2@gmail.com

Márcia Reis Machado
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
E-mail: marciareism@hotmail.com

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar a influência da matriz linguística nos níveis de agressividade tributária corporativa. Para isso, conduziu-se uma pesquisa de natureza quantitativa, analisando 195.396 observações, excluindo as empresas do segmento financeiro, de 63 diferentes países, com dados do período de 2006 a 2018. Por meio de um modelo econométrico, adotando-se como proxies da agressividade tributária o BTM (book tax difference) e o BTR (effective tax rate), verificou-se que a matriz linguística constitui um determinante da agressividade tributária nos países que herdaram a língua românica, sugerindo que pode se tratar de um traço comportamental herdado dos antigos conquistadores do Império Romano. Além disso, outras variáveis do vetor de variáveis de controle mostraram-se igualmente relevantes para explicação da agressividade tributária, como o ROA e a alíquota do IR, por exemplo. Os achados da pesquisa contribuem em especial com os investidores, lançando argumentos que auxiliam na identificação de empresas mais agressivas fiscalmente, portanto, mais potencialmente suscetíveis de sofrerem sanções das autoridades tributárias de seus países, expondo, assim, o investidor a riscos e decréscimos patrimoniais com seu investimento.

Palavras-chave: Agressividade fiscal; Cognição; Latim-românico; Língua; Traço cultural.

Linha Temática: Outros temas relevantes em contabilidade

1 Introdução

A complexidade da desídia humana demanda uma análise multidisciplinar para o entendimento de suas escolhas. O processo cognitivo envolvido na adoção da agressividade fiscal pelos gestores corporativos não pode ser compreendido, somente, pelos prováveis benefícios esperados quanto à performance corporativa e seus determinantes externos. A atuação fiscal agressiva nas empresas pode estar associada a fatores endógenos, onde o estudo da cognição proposto pela psicologia serve de bússola para remeter, em última instância, à linguística como a matriz de toda a cadeia mental do indivíduo.

Destarte, sem demérito da importância dos estudos das influências indiretas na

agressividade fiscal, como partes afetas ao tema, é importante salientar que a sua análise, em separado, pode não ser capaz de explicá-la completamente, haja vista que a soma das partes não tem o condão de definir o todo. Com isso, o estudo da causa da agressividade fiscal perpetrada nas organizações deve remeter à provável origem motivacional, in casu, a língua.

Mercados cada vez mais competitivos levam as empresas a adotarem procedimentos de gestão que visem garantir cada vez mais eficiência em suas operações, de modo que possam obter vantagens frente a seus concorrentes. Para obter tais vantagens, as empresas adotam as mais diversas estratégias, tais como a redução de custos de produção, terceirização de atividades, otimização de processos produtivos, além de outras ações no campo de suas operações, porém, as estratégias não se limitam ao campo produtivo. Buscar a eficiência na gestão mostra-se tão importante quanto persegui-la nas operações, o que faz com que diversas medidas administrativas sejam tomadas visando o aumento da competitividade.

Uma dessas medidas é a gestão fiscal, especificamente por meio do planejamento tributário, que é definido como um conjunto de procedimentos adotados pelas empresas com vistas a reduzir seu ônus tributário, partindo da prática de medidas lícitas visando a economia de tributos (Potin, Da Silva, Reina & Neto, 2016). O planejamento tributário consiste na análise das alternativas legais com vistas a obter economia tributária, realizada antes de ocorrer o fato que gere a tributação de determinada operação, oferecendo opções para que a empresa escolha aquela com o menor ônus tributário possível (Oliveira, Chieregato, Perez Junior & Gomes, 2007).

Em países como o Brasil, com uma carga tributária elevada, a busca por medidas preventivas, capazes de gerar economia tributária, pode constituir um importante diferencial competitivo e de sobrevivência para as empresas.

No entanto, conforme assevera a literatura, algumas empresas, em busca da economia tributária, adotam medidas severas de gestão com vistas a reduzir a base de cálculo dos tributos, medidas essas legais ou ilegais. A isso, convencionou-se chamar de agressividade fiscal (Chen, Chen, Cheng, & Shevlin, 2010).

Existem autores, porém, que não enquadram a agressividade fiscal no campo das medidas ilícitas, salientando que a agressividade fiscal não implica em ilegalidade, visto que tais práticas pelas empresas não acarretam, necessariamente, em evasão fiscal ou fraude (Lisowsky, Robinson, & Schmidt, 2013).

Dada a relevância do tema, a agressividade tributária vem sendo cada vez mais pesquisada, fazendo com que o tema atinja um grande volume de pesquisas, com interessantes achados. Por exemplo, pesquisas analisam a agressividade fiscal em empresas com restrições financeiras (Silva & Martinez, 2017), a agressividade fiscal e sua influência no custo do capital de terceiros (Martinez & Silva, 2017), alavancagem financeira e agressividade fiscal (Martinez & Martins, 2016), dentre outros.

Porém, os estudos relacionados ao tema ainda não vislumbraram a possibilidade do nível de agressividade fiscal das empresas estar correlacionado com os traços culturais decorrentes do ambiente no qual estão estabelecidas. Deste modo, a presente pesquisa parte da premissa que o aspecto cultural é um importante elemento de aproximação entre diferentes nações, ao tempo que a cultura constitui uma característica multifacetada, podendo, ainda, ser enquadrado como elemento de aproximação cultural o território, a arte, a culinária, os costumes e também a língua.

Pela Teoria do Desenvolvimento Social de Vygotsky, a linguagem é vista como um fator determinante para desenvolvimento cognitivo das pessoas, em razão de ser o canal por onde são transmitidas as crenças e dogmas por meio das experiências externas que serão convertidas em

processos cognitivos internos (Frawley, 1997). Sendo a língua um dos traços culturais adquiridos em virtude de um indivíduo integrar um dado grupo social (Santana, 2012), ela pode ser considerada um instrumento influenciador hábil no processo cognitivo de escolhas de gestores, inclusive, no tocante à agressividade fiscal.

Diante disso, a investigação busca compreender se o "savoir-faire", que é a habilidade de obter êxito graças a um comportamento maleável, enérgico e inteligente, está na língua. Mais especificamente, investiga-se a sua existência em países que tenham como raiz linguística o latim-românico, sob o pressuposto de que eles teriam um maior "savoir-faire", como consequência de todo o contexto cultural no qual o latim românico foi desenvolvido, causando maior nível de agressividade fiscal nas empresas que estão localizadas nestes países.

Diante disso, a pesquisa busca responder ao seguinte problema de pesquisa: **Qual a influência da raiz linguística românica, como traço de identidade cultural de um país, no nível de agressividade fiscal das empresas?**

Para responder ao problema, a pesquisa emprega uma abordagem quantitativa, conforme será delineado na seção própria. O estudo é justificado pelo potencial explicativo que os achados podem conferir ao tema. Como dito, a pesquisa em torno da agressividade tributária vem se intensificando nos últimos anos, porém, vislumbra-se uma lacuna no tocante à abordagem adotada nesta pesquisa, visto que não se localizou outro estudo que aborde o problema da mesma forma.

Os achados podem contribuir para um melhor entendimento dos fatores que influenciam o nível de agressividade tributária das organizações, especificamente compreendendo se o elemento cultural, representado neste estudo pela língua, constitui um fator diferencial nos níveis de agressividade tributária das organizações.

Por fim, o estudo possui a seguinte estrutura: esta seção introdutória, uma seção de revisão de literatura, uma seção de metodologia, a apresentação e discussão dos resultados e por fim as considerações finais.

2 Revisão de Literatura

2.1 Planejamento tributário agressivo

O planejamento tributário agressivo consiste na manipulação, para baixo, do lucro tributável, que pode ou não ser considerado fraudulento (Frank, Lynch & Rego, 2009). Em qualquer economia, seja ela desenvolvida, seja em desenvolvimento, as empresas buscam continuamente a redução dos seus custos e a eficiência de suas operações. Com isso, busca-se reduzir os custos tributários, que incidentes sobre os lucros, constituem um pesado encargo a pagar pelas empresas, razão pela qual é continuamente gerenciado, buscando-se a redução dos valores a pagar.

O planejamento tributário é uma realidade das companhias. Empresas americanas apresentavam, em 1993, diferenças entre o lucro contábil e o lucro tributável da ordem de USD 43 bilhões, passando, em 1999, para USD 313 bilhões, atingindo em 2003 a cifra de USD 436 bilhões em diferenças entre o lucro contábil e o lucro tributável (Frank, Lynch & Rego, 2009). Ou seja, os números evidenciam que há, aí, uma grande possibilidade de existir gerenciamento buscando a redução dos encargos tributários, sugerindo que as empresas, cada vez mais, se envolvem em práticas cada vez mais agressivas de planejamento tributário visando reduzir seu

encargo fiscal.

O nível de agressividade tributária parece ter relação com o ambiente em que a entidade opera. A literatura aponta que, mesmo em ambientes com forte regulamentação, é grande a diferença entre o valor do lucro contábil e tributável das companhias, sugerindo que outros aspectos que não necessariamente o ambiente legal possam influenciar na agressividade fiscal das empresas (Badertscher, Phillips, Pincus & Rego, 2009).

Condutas de agressividade fiscal por parte das empresas podem resultar em certas consequências indesejáveis. Algumas delas referem-se à penalização que empresas mais agressivas sofrem pelo mercado, visto que o preço de suas ações tende a cair. O mercado reage desta forma por acreditar que a agressividade tributária pode, no futuro, colocar a empresa em problemas com a Receita Federal, gerar custos processuais e com advogados, pode gerar uma potencial sanção, dentre outras (Hanlon & Slemrod, 2009).

Por isso que as empresas têm incentivos a evitar ações de planejamento fiscal agressivo, visto que empresas que atuam de forma ética em suas operações geram uma espécie de saldo positivo com seus investidores, além de passar uma melhor imagem à sociedade de forma geral, o que pode contribuir para a geração de novos negócios e alcance de novos mercados, oportunidades essas que uma empresa fiscalmente agressiva poderia não alcançar (Williams, 2007).

A presença de alguns gatekeepers pode fazer com que a empresa seja dissuadida de adotar políticas de agressividade tributária, dados os custos, em especial associados à sua imagem, que tais ações podem resultar. Sindicatos, cobertura de analistas de mercado de capitais, investidores institucionais e até mesmo os empregados podem atuar como gatekeepers da companhia, desencorajando-a a praticar ações muito contundentes de agressividade tributária (Martinez, 2017).

Portanto, conforme relata a literatura, parece existir um trade-off na agressividade tributária, com uma espécie de limite até onde a empresa pode avançar na economia tributária sem manchar sua imagem perante a sociedade e sem se envolver em problemas com as autoridades fazendárias.

Nesse sentido, investigar se aspectos culturais influenciam nos limites até onde as empresas costumam chegar no tocante à agressividade tributária pode ajudar a melhor entender esse fenômeno, que é justamente o objetivo final do estudo.

Diante disso, em seguida serão discutidos alguns aspectos relacionados à cultura das nações, afunilando a discussão para os pontos de interesse cultural desta investigação: a matriz linguística.

2.2 O *savoir-faire* está na língua?

A cultura é tida como todo comportamento aprendido pelo ser humano, ou seja, tudo aquilo que independe de transmissão genética. A cultura envolve diversos aspectos, como as artes, a educação, o artesanato, a língua, as gírias, a música, o território, dentre tantos outros (Laraia, 1999).

A cultura é representada por “...el conjunto de signos, símbolos, representaciones, modelos, actitudes, valores, etcetera, inherentes a la vida social” (Giménez, 1996), constituindo uma ampla dimensão que envolve desde aspectos pessoais das pessoas inseridas no ambiente cultural até aspectos coletivos, inerentes ao espaço onde a cultura acontece.



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



A cultura constitui um importante traço comum que une os povos. Nesse sentido, a língua representa um traço cultural importante pois denota a maneira como os indivíduos se veem enquanto pertencentes a uma mesma comunidade (Charaudeau, 2015).

A língua é a condição sine qua non para a assimilação de padrões culturais. Cada língua está adequada à cultura em que se desenvolve, e sem o seu uso seria impossível desenvolver e consolidar a essência da cultura (Teixeira, 2018).

O psicólogo soviético Lev Vygotsky (1896-1934) teorizou que a mente humana se desenvolve por intermédio da troca de experiências entre as pessoas na sociedade, sendo a linguagem a ferramenta utilizada para interagir no ambiente social com a transmissão da cultura e anseios entre as pessoas, ocasionando a internalização da linguagem e transformando-a em uma habilidade de pensamento superior. Deste modo, a língua atua como uma “fala interior”, correspondendo aos pensamentos do indivíduo (Tishman & Perkins, 1997).

Nessa acepção, a linguística cognitiva esclarece que as mentes individuais não são entidades autônomas, mas corporizadas-encarnadas e altamente interativas com o ambiente social, de forma que a capacidade para a linguagem se fundamenta em capacidades cognitivas gerais decorrentes de capacidades culturalmente definidas. Desta forma, a língua e a cultura são “facetadas imbricadas” da cognição, atuando como direcionador da atuação humana (Langacker, 1994).

Nesse entendimento, Shore (1998) desenvolveu a teoria etnográfica da mente e a teoria cognitiva da cultura (teoria cultura-na-mente), propondo que os modelos culturais são partes integrantes do processamento mental e por eles são condicionados. Deste modo, são verificadas as noções de cognição coletiva e cognição-para-a-ação, onde é explicado que a maior parte da cognição humana depende da ação, de forma que pensar e fazer estão intimamente ligados à linguagem na qual o indivíduo desenvolveu seu processo cognitivo (Bernádez, 2005).

Destarte, levando-se em consideração as teorias comportamentais da psicologia, onde concebe-se que o indivíduo e sua interação com o ambiente levam ao desenvolvimento de sua personalidade, percebe-se a atuação do inconsciente coletivo, desenhado por Jung (2011), na concepção dos arquétipos, quando as experiências e informações que todos compartilham como espécie estão associados à base cultural, influenciando o inconsciente pessoal e, por consequência, o processo cognitivo do indivíduo (Kleinman, 2012). Neste ponto, vale ressaltar, a base cultural é formada pelas experiências propagadas pelo idioma (linguagem), de forma que a língua passa a influenciar, direta e indiretamente, todo o processo de cognição do indivíduo e, por ricochete, a sua tomada de decisão.

Por conseguinte, a língua latina é herança do antigo Império Romano. Com a expansão de Roma e a grande modificação do mapa do mundo à época, o Império conquistou e pacificou uma imensa área de terras, fazendo com que um dialeto falado por uma pequena comunidade na região do Lácio (gênese do Império), no centro-oeste da Península Itálica, tenha sido espalhado através de territórios e províncias, tão distantes entre si, que a língua românica passou a ser falada pelos quatro cantos do globo (Cambaia & Bianchet, 2008).

Mesmo com a queda do Império em 476 d.C., o vasto território romanizado foi ocupado por diferentes povos, porém, o latim continuou a ser a língua de cultura e administração por muito tempo (Basso & Gonçalves, 2017).

Como o império romano cresceu vertiginosamente, e uma gama de diferentes povos foi conquistada, havia necessidade de manter todos esses conquistados aderentes ao império. No império romano, diferentes identidades coexistiram, sem excluir-se, como no caso de identidades

7 a 9 de setembro

ORGANIZAÇÃO



APOIO



loais que se expressaram ao longo de toda a duração do Império Romano (Joly, 2010).

Os romanos estabeleceram-se em vários e diferentes territórios ocupados por povos étnica e culturalmente diferentes e, conseqüentemente, as relações estabelecidas em cada momento e em cada território são diversas, ora uns em relação aos outros nutrem sentimentos de superioridade, ora de inferioridade, ora de igualdade (Teixeira, 2018).

Diante disso, os romanos tiveram de ser hábeis para conseguir gerenciar tantos povos com culturas tão diferentes. Embora seguramente nem todos os conquistados nutrissem os mesmos sentimentos em relação aos conquistadores, é inegável que os homens de Roma tiveram aptidão para gerenciar os povos conquistados, dado o imenso legado espalhado por Roma por todo o globo, desde sua cultura, arquitetura, direito, dentre outros tantos aspectos que, muitos séculos após o fim do império, ainda são vivenciados.

Isso foi possível pelo fato de que Roma, ao conquistar um novo território, ocupava-o estrategicamente. Os locais conquistados eram organizados em unidades territoriais, respeitando-se as etnias ali encontradas, o que contribuía grandemente para o florescimento da cultura romana no território conquistado (Teixeira, 2018).

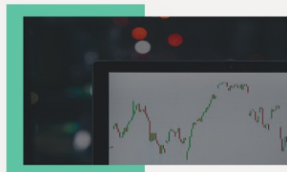
Outros fatores indicam a habilidade do povo romano em gerenciar os povos conquistados, como a abertura do exército para qualquer cidadão, independentemente de sua origem étnica, a permissão da oficialização das relações conjugais, concepções bem definidas e organizadas de Lei e Cidadania, onde o estado deveria garantir a sobrevivência do seu cidadão, promovendo a “Pax Romana” (Teixeira, 2018).

Com isso, a cultura romana foi sendo difundida e espalhada por diferentes glebas territoriais, em diferentes épocas, sendo pouco a pouco incorporada à cultura preexistente no território de origem. Isso fez com que, pelo menos, a cultura romana absorvida caminhasse em paralelo com a cultura preexistente no território conquistado, quando não, por vezes, ela se sobrepujava e fazia desaparecer a cultura anterior.

Conforme já discutido, uma das maiores heranças que o Império Romano deixou foi a língua. Embora não fosse uniforme, e falada de uma única forma nem mesmo nos tempos do Império, o latim se transmutou, se adaptou, foi incorporado por outras línguas e culturas e constitui a matriz linguística de muitos povos e países.

As línguas de matriz latino-românica oficiais são o português, francês, italiano, romeno, espanhol e catalão. Estas línguas estão espalhadas em diversos países no mundo, conforme a distribuição apresentada na Figura 1.

Figura 1 - distribuição das línguas de matriz latino-românica no mundo

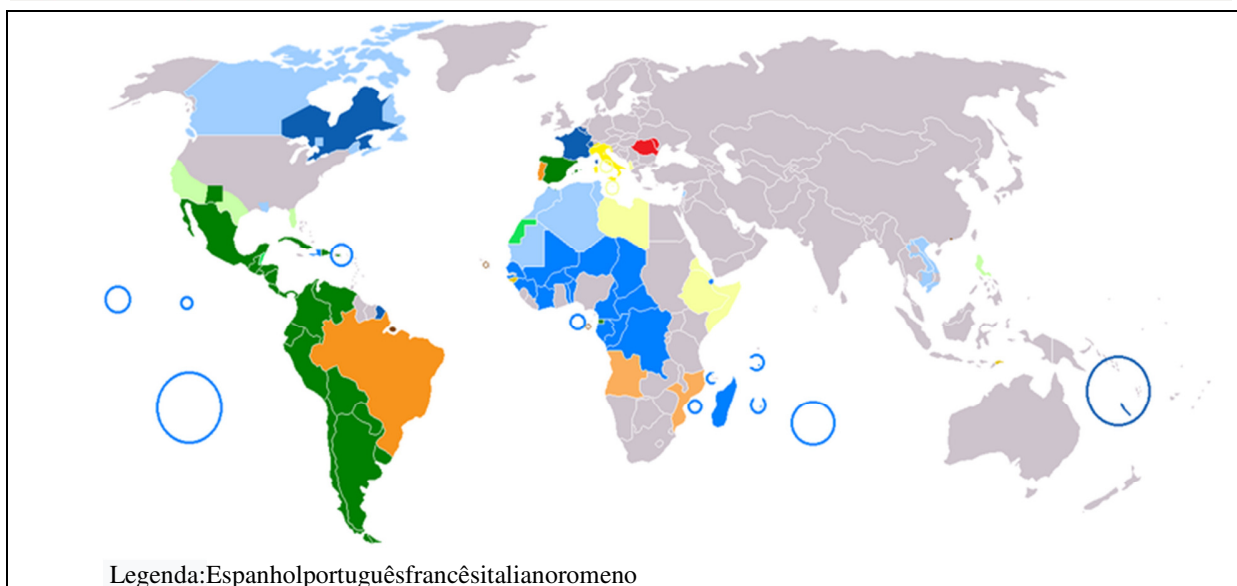


100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



Legenda: Espanhol português francês italiano romeno

Fonte: Adaptado de Posner (1996)

Nesse contexto, considerando que a cultura romana influenciou, direta ou indiretamente, a formação de muitos e diferentes países, considerando que a língua é um dos mais relevantes traços culturais de um povo e, por fim, pressupondo que a gênese linguística comum pode se manifestar em práticas empresariais semelhantes, o estudo investiga se países com matriz linguística românica possuem maior agressividade tributária em relação a países cuja língua não possui origem nessa matriz.

Pressupõe-se que países de língua românica sejam mais agressivos do ponto de vista tributário pelo fato de que o Império Romano tinha essa grande habilidade, reportada pela literatura, de gerenciar conflitos, gerenciar pessoas e situações, possuía um grande senso prático, enfim, possuía o que se conhece por *savoir-faire*. Pressupõe-se que isso constitua uma característica comum, impregnada na língua, de modo que os países com tal matriz linguística possam ter um comportamento similar no tocante à agressividade tributária.

Portanto, este constitui o pano de fundo teórico da investigação. A seguir serão apresentados os procedimentos metodológicos adotados para condução da pesquisa.

3 Metodologia

Conforme salientado, a pesquisa tem por objetivo analisar a influência da cultura, especificamente da matriz linguística, nos níveis de agressividade tributária corporativa. Para tanto, o período analisado vai de 2006 a 2018. Optou-se por trabalhar com um período longo para ser possível verificar, nos países da amostra, a influência das variáveis na agressividade tributária em um maior espaço de tempo. Além de que, o período perpassa pela crise subprime norte-americana, que notadamente impactou as finanças de diferentes países, o que pode ter, também, influenciado seus níveis de agressividade tributária, em especial em países que sofreram mais com a crise. Portanto, o período escolhido pode evidenciar achados importantes em relação a esses aspectos. Além disso, um período de tempo curto poderia retornar resultados não

7 a 9 de setembro

ORGANIZAÇÃO



APOIO



significativos, o que traria prejuízos às inferências realizadas.

No tocante aos países, trabalhou-se com uma amostra, por conveniência, de 63 países. A amostra está distribuída em um painel desbalanceado com 195.396 observações, excluídas as empresas do segmento financeiro, e seguro, por possuírem estrutura de capital e características de ativos e passivos circulantes diferenciados das demais, o que poderia prejudicar as inferências e comprometer os resultados. A lista de países da amostra inclui Estados Unidos, Canada, Japão, Austrália, França, Itália, dentre muitos outros.

Os dados contábeis foram coletados na Thomson Reuters. Na referida base de dados coletou-se: despesa com imposto de renda, lucro antes do Imposto de Renda, ativo total e ROA. Além disso, outros dados empregados na pesquisa foram coletados em outras bases públicas, conforme será a seguir delineado. A série histórica da alíquota do Imposto de Renda das empresas da amostra foi coletada no site Trading Economics, especificamente na seção “Corporate Tax Rate”. Saliente-se buscou-se a alíquota efetiva por país em cada um dos anos do período amostral, de modo que se trabalhasse com as alíquotas reais aplicadas em cada ano, em cada país, evitando-se, assim, trabalhar com valores aproximados ou taxas médias.

A origem comum do idioma foi coletada do site Ethnologue, que agrupa e organiza os idiomas por família. Os países classificados como de língua românica são apresentados no quadro 1:

Quadro 1 – Países com língua românica

1	Dominican Republic	6	Republic of Serbia	11	Jersey	16	Chile	21	Costa Rica
2	Spain	7	Macedonia	12	Peru	17	Argentina	22	Bolívia
3	Italy	8	Belgium	13	Mexico	18	Colombia	23	Ecuador
4	Portugal	9	France	14	Brazil	19	Venezuela		
5	Malta	10	Monaco	15	Puerto Rico	20	Panama		

Fonte: dados da pesquisa (2020)

Os países classificados como de língua românica, como dito, possuem a matriz linguística comum. Embora em diferentes continentes, todos eles possuem como característica terem herdado a língua falada no Império Romano, que constitui justamente o objeto de interesse da análise. De posse de todos esses dados, foram calculadas as variáveis descritas no quadro 2.

Quadro 2 – Variáveis da pesquisa (continua)

Medida	Cálculo	Tipo de variável
ETR – effective tax rate	$\frac{\text{Desp. com IR}}{\text{Lucro antes IR}}$	Dependente
BTD – book tax difference	$\frac{\text{Lucro antes IR} - \text{Lucro real}}{\text{Ativo total}}$	Dependente
LINGROM – língua de origem românica	Dummy assumindo valor 1 para países que tem sua língua de origem românica	Explicativa (λ_1)
ROA – retorno sobre o ativo	$\frac{\text{Lucro operacional}}{\text{Ativo total}_{t-1}}$	Controle (β_1)
AT – ativo total	Ativo total da companhia	Controle (β_2)
IR – alíquota do imposto de	Alíquota do imposto de renda do país	Controle (β_3)

renda do país		
---------------	--	--

Fonte: dados da pesquisa (2020)

Diante disso, os modelos econométricos utilizados foram os seguintes:

$$ETR_{it} = \alpha_i + \lambda_1 LINGROM_{jt} + \beta_1 ROA_{it} + \beta_2 AT_{it} + \beta_3 IR_{jt} + \beta_4 PREJT - 1_{it} + \varepsilon_{it}$$

$$BTD_{it} = \alpha_i + \lambda_1 LINGROM_{jt} + \beta_1 ROA_{it} + \beta_2 AT_{it} + \beta_3 IR_{jt} + \beta_4 PREJT - 1_{it} + \varepsilon_{it}$$

Para controle dos outliers, algumas variáveis com presença de valores extremos (como ativo e valor de mercado, por exemplo) passaram pelo processo de winsorização a 5%. Optou-se pela adoção deste procedimento com vistas a evitar a perda de observações. Sabe-se das críticas que esse processo sofre, porém, entre sua adoção e a exclusão de observações, optou-se pela winsorização das caudas.

Após a definição das variáveis e construção do modelo, cabem alguns comentários técnicos sobre sua especificação. O modelo empregado neste estudo é um modelo de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO ou OLS). Esta modelagem busca encontrar o melhor ajuste para um conjunto de dados, e o faz pela minimização dos quadrados dos erros entre os valores estimados e observados das variáveis sob análise.

Um modelo de regressão linear possui a seguinte apresentação:

$$Y_i = \beta_1 + \beta_2 X_i + \varepsilon_i$$

Com a minimização da soma do quadrado dos resíduos do MQO, obtemos β_1 e β_2 que retornarão a menor diferença entre o Y estimado e o Y observado. Para estimação dos Betas, segundo Gujarati e Porter (2011), fazemos uso da seguinte equação no modelo MQO:

$$\beta = \frac{\sum_{i=1}^n (x_i - \bar{x})(y_i - \bar{y})}{\sum_{i=1}^n (x_i - \bar{x})^2}$$

Portanto, em síntese, este é o procedimento estatístico por trás das estimativas realizadas com base no modelo de regressão MQO. No caso do presente estudo, os dados estão agrupados em forma de painel, ou seja, existem observações de n empresas em n períodos distintos de tempo, o que exige a utilização de modelos específicos apropriados ao formato desses dados.

As opções para trabalhar-se com dados em painel MQO são, basicamente, o modelo pooled, o modelo com efeitos fixos e o modelo com efeitos aleatórios. Por questão de espaço não serão discutidos os procedimentos estatísticos de cada um desses modelos, ficando a discussão restrita aos aspectos técnicos do modelo empregado no estudo.

A decisão sobre qual modelo usar não ocorre ao livre arbítrio do pesquisador. Ou seja, decidir entre um modelo pooled, de efeitos fixos ou efeitos aleatórios decorre da realização de testes visando fornecer ao pesquisador elementos para que decida sobre qual a modelagem mais adequada para os dados sob análise. No presente estudo, inicialmente rodou-se um modelo pooled, que passou pelo teste F a 1% de significância. O referido teste analisa, simplesmente, se os interceptos são diferentes entre os indivíduos da amostra.

Como dito, o modelo pooled mostrou-se adequado em uma primeira análise, porém, isso

não basta para que seja decidido pela sua adoção. Deve-se testá-lo em relação aos modelos de efeitos fixos e aleatórios.

Para a análise e decisão em relação aos modelos pooled e efeitos fixos, roda-se um modelo com efeitos fixos e analisa-se o valor da estatística F indicado pelo modelo. O resultado da estatística F, após rodar o modelo em questão, foi um prob. de 0,000, indicando que é preferível o modelo de efeito fixo ao pooled. Diante disso, descarta-se o emprego do modelo pooled, restando, para decisão, analisar o modelo de efeitos fixos em relação ao modelo de efeitos aleatórios.

Roda-se, então, um modelo de efeitos aleatórios e, em seguida, realiza-se um teste de Hausman para decisão entre o modelo de efeitos fixos e aleatórios. Em síntese, a hipótese nula subjacente ao teste de Hausman é que os estimadores do modelo de efeito fixo e do modelo de efeitos aleatórios não diferem substancialmente entre si. Considerando-se as hipóteses do teste, se a hipótese nula for rejeitada, a conclusão é que o modelo de efeitos aleatórios não é adequado, porque os efeitos aleatórios provavelmente estão correlacionados com um ou mais regressores. Nesse caso, o modelo de efeitos fixos é preferível aos de efeitos aleatórios.

Feito o teste de Hausman nos dados, o resultado do teste indicou um Prob>chi2 de 0,000, permitindo, com segurança, rejeitar a hipótese de que o modelo de efeitos aleatórios é preferível ao de efeitos fixos. Portanto, a conclusão foi de que o modelo de efeitos fixos é mais adequado, nesta pesquisa.

Decidido o modelo mais adequado para a pesquisa, em seguida serão tecidos alguns comentários sobre esta modelagem. No modelo de efeitos fixos, α_i representa os interceptos a serem estimados, um para cada indivíduo. Como o modelo assume que os parâmetros não variam entre os indivíduos e nem ao longo do tempo, todas as diferenças de comportamento entre os indivíduos deverão ser captadas pelo intercepto.

No modelo de efeito fixo, portanto, conta-se com a heterogeneidade dos indivíduos, permitindo que cada um tenha seu próprio intercepto. Nesse tipo de modelo o intercepto representa justamente a heterogeneidade entre os indivíduos. A denominação de efeito fixo, segundo Gujarati e Porter (2011) se dá pelo fato de que, embora o intercepto possa diferir entre os indivíduos, o intercepto de cada indivíduo não varia com o tempo, ele é fixo. Daí a denominação de efeito fixo.

De maneira geral, são essas as principais considerações relacionadas aos aspectos metodológicos da pesquisa. Eventuais outros pontos relacionados ao modelo, ou aos testes realizados são discutidos na seção seguinte. Dito isto, passa-se, em seguida, à apresentação e discussão dos resultados da pesquisa, evidenciando-se os principais achados do trabalho.

4 Análise dos Resultados

Inicia-se a discussão dos resultados da pesquisa com a apresentação das estatísticas descritivas dos dados.

Quadro 3 – Estatísticas descritivas (variáveis contínuas) (continua)

	Nº de Obs.	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Coef. Var.
BTD	74805	15.30	15.43	-24.78	18.50	0.160
ETR	129266	-1.55	-1.35	-4.60	-0.56	-0.55
ROA	114253	-3.13	-2.94	-12.49	-1.76	-0.36



100% ON-LINE

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

7 a 9 de setembro



IR	195396	0.28	0.28	0.09	0.41	0.28
AT	195396	18.42	18.15	13.50	23.03	0.14

BTD – book tax difference; ETR – effective tax rate; ROA – retorno sobre o ativo; IR – alíquota de imposto de renda. Todas as variáveis estão em log, exceto IR.

Fonte: dados da pesquisa (2020)

Analisando as estatísticas descritivas, destaca-se que o ROA das companhias da amostra, que possui uma amplitude bastante grande, evidenciando uma amostra composta por empresas heterogêneas. Essa heterogeneidade pode contribuir com interessantes elementos para explicação dos níveis de agressividade fiscal na amostra, razão pela qual analisar torna interessante a análise desta variável.

Sobre a alíquota do IR, verifica-se que este vai de 9% até 41%, com média de 28%. Isso evidencia que os países possuem características tributárias bastante distintas, com alíquotas elevadas em alguns casos, baixas em outros, o que pode contribuir para que haja maior ou menor nível de agressividade tributária nos países.

Por fim, o BTD e o ETR também apresentam grande amplitude nos dados, sugerindo que há, nas empresas da amostra, grande espaço para realização de gerenciamento tributário.

Enfim, esses são apenas alguns apontamentos sobre as informações descritivas da amostra. O quadro com as estatísticas descritivas contempla uma série de outras informações.

A tabela 1, a seguir, evidencia a matriz de correlação das variáveis, excluindo-se as dummies. Nela verifica-se que as variáveis apresentam correlações estatisticamente significativas entre si.

Além de que, verifica-se que as correlações são, em sua maioria, baixas, o que é salutar para o modelo, visto não se tratar, na média, de variáveis altamente correlacionadas, o que poderia resultar prejuízos às inferências realizadas a partir dos resultados da regressão.

Destaca-se da tabela a correlação em grau forte entre o BTD e o ativo total da empresa, sugerindo existir uma relação positiva entre agressividade tributária e tamanho. A alíquota do IR também se correlaciona positivamente com o BTD, sugerindo que países com carga tributária mais alta, a agressividade tende a ser maior.

Tabela 1 – Matriz de correlação

	ROA	BTD	ETR	AT	IR
ROA	1				
BTD	0.22***	1			
ETR	-0.26***	-0.05***	1		
AT	-0.04***	0.78***	0.19***	1	
IR	0.03***	0.25***	0.23***	.18***	1

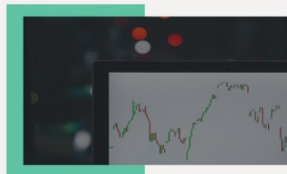
BTD – book tax difference; ETR – effective tax rate; ROA – retorno sobre o ativo; IR – alíquota de imposto de renda. Todas as variáveis estão em log, exceto IR

Fonte: dados da pesquisa (2020)

A tabela 2, abaixo, apresenta o resultado das regressões rodadas.

Tabela 2 – Resultado das regressões

(continua)



100% ON-LINE

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

7 a 9 de setembro



VAR. DEP.	BTD				ETR			
	Coef.	P>t	95% Conf. Interval		Coef.	P>t	95% Conf. Interval	
ROA	0,73	0.00	0,71	0,75	-0,18	0,00	-0,19	-0,02
AT	0,88	0.00	0,87	0,89	0,00	0,25	-0,00	0,01
IR	0,64	0.00	0,39	0,90	2,25	0,00	2,12	2,38
PREJT-1	1,51	0.00	1,45	1,57	-0,32	0,00	-0,36	-0,28
LINGROM	0,12	0.00	0,06	0,17	-0,01	0,46	-0,04	0,02
_cons	-0,25	0.00	-0,43	-0,08	-2,70	0,00	-2,79	-2,61
R ² within: 0,16					R ² within: 0,13			
R ² between: 0,75					R ² between: 0,15			
R ² overall: 0,69					R ² overall: 0,17			
Teste F		Prob. 0,000			Prob. 0,000			

BTD – book tax difference; ETR – effective tax rate; ROA – retorno sobre o ativo; IR – alíquota de imposto de renda; LINGROM – *dummy* para países de língua românica. Todas as variáveis estão em log, exceto IR e LINGROM.

Fonte: dados da pesquisa (2020)

Inicialmente, destaque-se que os modelos passam pelo teste F, ou seja, com isso infere-se que o modelo, em sua análise conjuntural, faz sentido, sendo coerente analisar as variáveis conjuntamente através do modelo adotado.

O modelo rodado foi um OLS (MQO) Between, com variação entre indivíduos, visto que o interesse da pesquisa é analisar o efeito da matriz linguística (variável categórica) entre os indivíduos da amostra, razão pela qual tal modelagem se mostra a mais apropriada.

Sobre seu poder explicativo, tem-se que quando a variável dependente é o BTD, o R² é de 0,75, enquanto que quando a variável dependente é o ETR, o R² é menor, de 0,15. O R², em ambas as regressões, é coerente com o de outras pesquisas, além de que não é de se esperar um coeficiente de determinação tão alto, dada a complexidade das relações econômicas estudadas, visto que existem muitas outras variáveis que contribuem para explicar a agressividade tributária e não estão contempladas neste modelo e no bojo da pesquisa.

A esse respeito, exclusivamente a título comparativo, cite-se o estudo conduzido por Ramalho e Martinez (2014), similar ao presente estudo, que encontrou um R² de 0,0267 quando a variável dependente era o ETR e de 0,508 quando a variável dependente era o BTD. Portanto, o poder explicativo do modelo rodado nesta pesquisa é condizente com os encontrados em pesquisas similares.

Ainda sobre as variáveis dependentes do modelo, quais sejam, o BTD e o ETR, insta esclarecer sua análise e interpretação para evitar confusões por ocasião da análise da saída da regressão.

Segundo Ramalho e Martinez (2014), o BTD indica um maior descolamento entre o lucro contábil e o lucro fiscal das companhias, ou seja, representa que a entidade possui um maior planejamento tributário. Portanto, coeficientes associados às variáveis em estudo com sinal positivo indicam que as empresas da amostra possuem maior agressividade fiscal, dado justamente esse maior descolamento entre o lucro da contabilidade e o lucro para fins tributários dessas empresas.

Já no tocante ao ETR, que traduz a alíquota efetiva de tributos paga pelas companhias,

variáveis com coeficientes positivos evidenciam que as empresas são menos agressivas tributariamente, pois indicam uma maior taxa efetiva de impostos paga. Esses comandos precisam estar bem compreendidos para que não haja confusão por ocasião da interpretação dos resultados.

Analisando inicialmente as variáveis explicativas, objeto de maior interesse na pesquisa, verifica-se que quando a variável dependente é o BTG, que reflete as diferenças entre o lucro contábil e o lucro tributável (Ramalho & Martinez, 2014), todas as variáveis são estatisticamente significativas.

A variável de maior interesse da pesquisa é a matriz linguística. Conforme se verifica, o coeficiente associado à variável foi de 0,12, indicando que países com matriz linguística românica, na média, são mais agressivos que os demais, visto que há um maior descolamento entre o lucro contábil das empresas sediadas nestes países.

Esse achado sugere que países que tem sua língua como herança da cultura romana possam ter herdado frações daquele *savoir-faire* tipicamente romano. Conforme salientado, o povo romano precisou desenvolver grande capacidade de adaptação para gerenciar as diferentes áreas de terra conquistadas. Como conquistadores, tinham o poder de, à força, de impor sua cultura, seu estilo de vida e suas leis aos conquistados. No entanto, quando é possível introduzir esses aspectos de sua cultura dominadora no povo conquistado com o menor nível de conflito possível, tem-se um ganho em rapidez de assimilação e obediência. Para que isso ocorresse, era necessário um bom trato com os conquistados, impondo, mas ao mesmo tempo fazendo-o com o menor dano colateral possível. Essa habilidade romana herdada, aqui tratada como *savoir-faire*, ajuda a entender a razão da maior agressividade tributária (gerenciamento) pelos países com matriz linguística românica.

Deve-se salientar, no entanto, que uma maior agressividade tributária não implica, necessariamente, no cometimento de atos ilícitos. Até que se prove o contrário, a empresa que gerencia resultados tributários o faz dentro da legalidade. É claro que práticas agressivas de gerenciamento tributário possuem um limite tênue entre legalidade e ilegalidade, porém, tal qual ocorre, por exemplo, com o gerenciamento de resultados contábeis, pode ser praticado tanto dentro dos limites da lei, quanto ao arripio desta.

Os dados evidenciam que países que falam uma língua derivada do latim românico estão mais dispostos do que os demais a gerenciar resultados tributários. O resultado não é derivado do acaso. Os testes estatísticos evidenciam isso. O que poderia, então, explicar o achado? O *savoir-faire*.

A cultura é uma característica transmitida independentemente da genética. Está impregnada no seio social, é herdada, aprendida e repassada, geração após geração. Isso não significa que os contadores de Roma repassaram essa característica aos contadores dos países dominados, longe disso.

O que os dados mostram é que uma característica ampla do povo romano foi herdada pelos povos conquistados, e que é refletida no maior apetite das empresas sediadas nestes países a gerenciar o resultado tributário.

E de novo, não se trata de sugerir aqui a prática de ilícitos. Apenas indica que as empresas estão mais dispostas a adotar um comportamento agressivo. Isso pode se dar, até mesmo, por uma maior permissividade dos governos locais desses países em permitir tais níveis de gerenciamento.

Até porque conforme se observa no modelo de regressão, a alíquota do IR mostrou-se positivamente associada à agressividade tributária, o que pode ajudar na explicação do achado.

Inclusive, esse ponto pode constituir uma interessante frente para pesquisa futura, analisando a relação entre a carga tributária e a herança cultural.

Quanto às demais variáveis usadas para controle, verificou-se que o ROA, que representa o retorno sobre o ativo da empresa, e o próprio log do ativo apresentaram relação positiva com a agressividade, sugerindo que empresas maiores tendem a adotar uma postura mais agressiva do ponto de vista tributário.

A alíquota do IR também apresentou uma relação positiva com a agressividade tributária, indicando que em países com carga tributária sobre o lucro mais alta, as empresas tendem, na média, a gerenciar de forma mais agressiva seus tributos.

Por fim, incluiu-se uma dummy para controlar empresas que apresentaram prejuízo no ano anterior, visando verificar o impacto disso no gerenciamento tributário do ano seguinte. O raciocínio por trás desta variável é avaliar se empresas que tiveram prejuízo no ano anterior são mais agressivas tributariamente que as demais.

O resultado desta variável confirmou a expectativa inicial, indicando que ter prejuízo no ano anterior contribui fortemente para que haja grande diferença entre o lucro contábil e tributário das empresas no ano seguinte, o que é natural, pelo menos em países com legislação análoga à brasileira, em que é permitida a compensação fiscal dos prejuízos apurados em exercícios anteriores.

Já quando a variável dependente é o ETR, que reflete a taxa efetiva de impostos paga em relação ao lucro antes dos impostos (Ramalho & Martinez, 2014), o cenário de modifica um pouco. Desde logo verifica-se que duas variáveis não são estatisticamente significativas, quais sejam, o ativo total e a dummy relativa à língua.

Em relação ao ROA, o coeficiente negativo de -0,18, significativo a 1%, evidencia que empresas mais lucrativas são mais agressivas, condizente com o achado do BTB.

Quanto à alíquota do IR, quando a variável dependente é o ETR, empresas sediadas em países com alíquotas de IR mais altas tendem a pagar impostos a uma alíquota efetiva maior, o que é natural, visto que quanto maior a alíquota dos tributos sobre o lucro, maior tende a ser a alíquota efetiva paga a título de tributos sobre o lucro.

Sobre o prejuízo no ano anterior (PREJT-1), o coeficiente de -0,32 evidencia que empresas com prejuízos anteriores acumulados são mais agressivas, visto pagarem uma taxa efetiva de tributos menor, o que também é condizente com o achado relacionado ao BTB.

Conforme mencionado, as variáveis AT e LINGROM não passaram pelo teste T quando a variável dependente é o ETR, mostrando-se, portanto, não significativas estatisticamente, razão pela qual, sobre elas, é impossível fazer qualquer inferência.

Sobre o poder explicativo do modelo quando a variável dependente é o ETR, o R² retornado foi de 0,15, bastante satisfatório considerando outras pesquisas que utilizaram a mesma variável dependente.

Com os achados discutidos nesta seção, ficou demonstrado que em relação ao BTB, a matriz linguística constitui um importante fator explicativo dos níveis de agressividade tributária das empresas. Esse achado é relevante visto que demonstra a associação do nível de agressividade fiscal com um traço cultural até então inexplorado pela literatura.

Com isso acredita-se que possam existir outras associações com diferentes aspectos culturais a serem explorados, que podem contribuir ainda mais com a explicação do fenômeno da agressividade fiscal.

As demais variáveis também mostraram-se significativas para explicar o BTB. Ressalva é

feita quando a variável dependente é o ETR, em que a matriz linguística e o ativo total não se mostraram estatisticamente significativos para explicar os níveis de agressividade.

Desta forma, o objetivo maior da pesquisa foi atingido, dado que, identificada a lacuna na literatura a respeito da influência de aspectos culturais sobre os níveis de agressividade tributária das empresas, foi identificado que, de fato, a língua influencia os níveis de agressividade das empresas, carecendo de maiores aprofundamentos, como dito, a análise desses aspectos no tocante ao ETR. Dito isto, encaminha-se na seção seguinte as considerações finais da pesquisa.

5 Considerações Finais

O planejamento tributário como conduta visando a redução da carga tributária constitui, conforme amplamente relatado pela literatura, um expediente cada vez mais usado pelas empresas, visto que em maior ou menor grau, toda companhia busca reduzir custos e despesas para manter-se mais competitiva no mercado.

A pesquisa acadêmica vem, há tempos, buscando identificar determinantes da agressividade tributária, bem como características que contribuam para identificar uma potencial maior agressividade fiscal em um dado conjunto de empresas.

No entanto, não há, até aqui, pesquisa analisando se fatores culturais, especificamente a matriz linguística, são capazes de influenciar o grau de agressividade tributária das empresas de diferentes países.

Desta forma, visando colmatar esta lacuna, a presente pesquisa teve como objetivo analisar a influência da cultura, especificamente da matriz linguística, nos níveis de agressividade tributária corporativa.

Para atingir o objetivo proposto, a pesquisa lançou mão de uma abordagem quantitativa de pesquisa, analisando 195.396 observações de uma amostra composta por companhias abertas, não financeiras, de 63 diferentes países.

Por meio do emprego de regressões MQO com dados em painel, verificou-se que a matriz linguística possui significativa relevância na explicação do comportamento da agressividade tributária das empresas da amostra, em especial quando se tem como variável dependente o BTDD – book tax difference, ou seja, a diferença entre o lucro contábil e tributário das companhias analisadas.

Além deste achado, verificou-se, em suma, que empresas maiores e mais lucrativas são as que, na média, são mais agressivas, bem como que a alíquota do IR do país possui uma relação direta com o nível de agressividade fiscal.

Diante disso tem-se que o objetivo da pesquisa foi atingido, visto que as variáveis testadas apresentaram, em sua maioria, comportamento conforme o esperado, contribuindo, portanto, para enriquecer a pesquisa em torno da agressividade tributária.

Além de que a modelagem adotada mostrou-se bastante ajustada aos dados, com um bom poder explicativo, evidenciando que, de fato, a abordagem metodológica adotada é coerente e conduziu a resultados robustos.

A pesquisa contribui, ainda, para estreitar os laços entre a contabilidade e traços históricos, sociológicos, psicológicos e comportamentais que influenciam e são influenciados mutuamente. Estudar a contabilidade com um enfoque nesses outros conhecimentos transdisciplinares contribui para uma melhor visão da realidade que cerca a ciência contábil, ampliando os horizontes de investigação, superando, ao menos em parte, a miopia de muitas

pesquisas contábeis que não enxergam perspectivas além dos números. Com essa discussão, buscou-se estabelecer um maior entrosamento entre outros conhecimentos e a contabilidade, o que pode, também, servir de inspiração para outras pesquisas como esta.

Por fim, como sugestão para futuras pesquisas, recomenda-se analisar, além de variáveis culturais, um vetor de variáveis macroeconômicas, analisando sua influência nos níveis de agressividade em diferentes países. Buscar a compreensão da influência dessas variáveis no tocante à agressividade das companhias pode agregar ainda mais à discussão do tema.

Além disso, futuras pesquisas poderiam investigar se empresas com determinadas características, como alto grau de endividamento, PL negativo ou alta lucratividade apresentam comportamento distinto entre si.

REFERÊNCIAS

- Badertscher, B.; Phillips J.; Pincus M.; & Rego S. (2009). Earnings management strategies: To conform or not to conform? *The Accounting Review* 84 (2): 63–98
- Basso, R. M.; & Gonçalves, R. T. (2017). *História concisa da língua portuguesa*. Editora Vozes Limitada.
- Bernárdez, E. (2005). Social cognition: variation, language, and culture in a cognitive linguistic typology. *Cognitive Linguistics. Internal Dynamics and Interdisciplinary Interaction*. Berlin–New York: Mouton De Gruyter, 191-224.
- Cambraia, C. N.; & Bianchet, S. (2008). *Caleidoscópio latino-românico: demonstrativos*. Cadernos de Letras da UFF, 35.
- Charaudeau, P. (2015). Identidade linguística, identidade cultural: uma relação paradoxal. *Discurso e (des) igualdade social*. São Paulo: Contexto, 13-30.
- Chen, S.; Chen, X.; Cheng, Q.; & Shevlin, T. (2010). Are family firms more tax aggressive than non-family firms? *Journal of Financial Economics*, 95, 41–61.
- Frank, M. M.; Lynch, L. J.; & Rego, S. O. (2009). Tax reporting aggressiveness and its relation to aggressive financial reporting. *The Accounting Review*, 84(2), 467-496.
- Frawley, W. (1997). *Vygotsky and Cognitive Science: Language and the Unification of the Social and Computational Mind*. Harvard University Press, 79 Garden Street, Cambridge, MA 02138-1423.
- Giménez, G. (1996). Territorio y cultura. *Estudios sobre las culturas contemporáneas*, 2(4).
- Greene, W. H. (2002). *Econometric analysis*.
- Gujarati, D. N.; & Porter, D. C. (2011). *Econometria Básica*. 5a Edição. Amgh Editora.
- Hanlon, M.; & Slemrod, J. (2009). What does tax aggressiveness signal? Evidence from stock price reactions to news about tax shelter involvement. *Journal of Public Economics*, 93(1-2), 126-141.
- Joly, F. D. (2010). Tácito e o Império Romano. *Revista de História*, 69-78.
- Jung, C. G. (2011). *Arquétipos e o inconsciente coletivo*. Editora Vozes Limitada.

- Kleinman, P. (2012). Psych 101: Psychology Facts, Basics, Statistics, Tests, and More!. Simon and Schuster.
- Langacker, R. W. (1994). Culture, cognition, and grammar. Language contact and language conflict, 25-53.
- Laraia, R. de B. (1999). Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lisowsky, P.; Robinson, L.; & Schmidt, A. (2013). Do publicly disclosed tax reserves tell us about privately disclosed tax shelter activity?. Journal of Accounting Research, 51(3), 583-629.
- Martinez, A. L.; & Martins, V. A. M. (2016). Alavancagem financeira e agressividade fiscal no Brasil. Revista de Contabilidade da UFBA, 10(3), 4-22.
- Martinez, A. L. (2017). Agressividade tributária: um survey da literatura. Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade, 11, 106-124.
- Martinez, A. L.; & da Silva, R. F. (2017). Agressividade Fiscal e o Custo de Capital de Terceiros no Brasil. Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade, 7(1), 240-251.
- Oliveira, L. M. D.; Chieregato, R.; Perez Junior, J. H; & Gomes, M. B. (2007). Manual de Contabilidade Tributária. São Paulo: Atlas.
- Posner, R. (1996). The romance languages. Cambridge University Press.
- Potin, S.; da Silva, V. C.; Reina, D.; & Neto, A. S. (2016). Análise da relação de dependência entre proxies de governança corporativa, planejamento tributário e retorno sobre ativos das empresas da BM&FBOVESPA. Revista Organizações em Contexto, 12(23), 455-478.
- Ramalho, G. C.; & Martinez, A. L. (2014). Empresas Familiares Brasileiras e a Agressividade Fiscal. In Anais do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, São Paulo, SP, Brasil (Vol. 14).
- Santana, J. D. (2012). Língua, cultura e identidade: a língua portuguesa como espaço simbólico de identificação no documentário: Língua-vidas em português. Linha D'Água, 25(1), 47-66.
- Shore, B. (1998). Culture in mind: Cognition, culture, and the problem of meaning. Oxford University Press.
- Silva, R.; & Martinez, A. L. (2017). Restrição financeira e agressividade fiscal nas empresas brasileiras de capital aberto. In Anais do Congresso Anpcont, Belo Horizonte, MG, Brasil (Vol. 11).
- Teixeira, M. D. C. R. (2018). A Romênia antiga: o contato de culturas e a formação das línguas românicas. Anais do XXII Congresso Nacional de Linguística e Filologia.
- Tishman, S.; & Perkins, D. (1997). The language of thinking. Phi Delta Kappan, 78(5), 368.
- Williams, D.F. (2007). Developing the Concept of Tax Governance. KPMG, London, UK.16